

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARUJÁ

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

011. PROVA OBJETIVA

ENCARREGADO DE FISCALIZAÇÃO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato

RG

Inscrição

Prédio

Sala

Carteira

Leia a tira para responder às questões de números 01 e 02.



(Fernando Gonsales, Níquel Náusea.
Em: *Folha de S.Paulo*, 03.01.2019. Adaptado)

01. De acordo com a norma-padrão, a lacuna do segundo quadrinho deve ser preenchida com:

- (A) destroçar-no
- (B) lhe destroçar
- (C) destroçar ele
- (D) destroçá-lo
- (E) destroçar-lhe

02. É correto concluir que as informações verbais e não verbais do último quadrinho

- (A) ratificam o discurso da personagem sobre destroçar o lápis.
- (B) divergem daquilo que a personagem afirmara anteriormente.
- (C) demonstram uma forma de estudo enaltecida pela personagem.
- (D) contradizem a ideia de que a personagem esteja estudando desenho.
- (E) expõem algo que a personagem já anunciara nos primeiros quadrinhos.

Leia o texto para responder às questões de números 03 a 09.

No front da alfabetização, a rede municipal de educação da cidade de São Paulo obteve conquista apreciável: 92% dos alunos sabiam ler e escrever ao término do segundo ano, ante não mais de 77% em 2017. Com isso, a prefeitura estipulou a meta de 85% de alfabetização no primeiro ano, quando as crianças em geral têm seis anos.

Uma ousadia, quando se tem em vista que, até recentemente, a diretriz nacional se limitava a preconizar leitura e escrita até o final do terceiro ano. Só em 2018, com a Base Nacional Comum Curricular, esse objetivo foi antecipado para o segundo ano, algo que a rede paulistana já havia adotado com um ano de antecedência.

Fica assim comprovado, na experiência de São Paulo, que metas ambiciosas nada têm de incompatível com progresso de aprendizado – ao contrário. Em particular no campo da alfabetização, base de tudo que virá a seguir, um nível alto de exigência dará motivação extra para educadores e estudantes se aplicarem mais.

Conforme se avança no ensino fundamental, contudo, os descaminhos e a leniência do passado se fazem manifestar nos parcos resultados obtidos por estudantes em provas padronizadas.

A deficiência manifesta-se em todas as grandes áreas de conhecimento. Quando concluem o quinto ano, final da fase 1 do fundamental, só 39% das meninas e dos meninos alcançam desempenho satisfatório em língua portuguesa. Pior, são apenas 27% em matemática e 20% em ciências.

A perda agrava-se na fase seguinte. Quando saem do fundamental 2, no nono ano, apenas 25% dos estudantes estão no nível adequado de língua. E há inaceitáveis 10% e 9% nessa faixa de desempenho, respectivamente, nas áreas de matemática e ciências naturais, o que torna fácil de entender o desastre que hoje se observa no ensino médio.

Não deixa de ser animador constatar que ao menos nos fundamentos do aprendizado – a alfabetização – houve avanço em São Paulo. Mas a cidade mais populosa e rica do país ainda precisa fazer mais e melhor por suas crianças e jovens.

(Editorial. *Folha de S.Paulo*, 02.01.2019. Adaptado)

03. Ao analisar os resultados e as metas de alfabetização para as crianças paulistanas, o editorial enfatiza que

- (A) estipular metas para o aprendizado pode ser salutar para o progresso dos alunos, ainda que a maioria deles não consiga atingir o mínimo satisfatório.
- (B) exigir dos alunos pode ter um reflexo positivo em seu aprendizado, uma vez que se cria motivação para todos os envolvidos no processo educacional.
- (C) trabalhar com metas ambiciosas na educação pode trazer problemas irreversíveis para o aprendizado da maioria dos alunos, que ficam desmotivados.
- (D) desafiar os alunos constantemente no início de sua escolarização tem criado condições para que estudantes motivados por todo o ensino fundamental.
- (E) estabelecer metas incompatíveis com o progresso de aprendizado dos alunos é uma estratégia de estatística que não representa a realidade da escola.

04. A expressão “Uma ousadia”, que inicia o segundo parágrafo do texto, refere-se

- (A) à meta de alfabetização da Base Nacional ser atingida por São Paulo já em 2018.
- (B) ao fato de 92% dos alunos paulistanos saberem ler e escrever ao final do segundo ano.
- (C) à meta de alfabetizar as crianças até o segundo ano, estipulada pela Base Nacional.
- (D) ao fato de o governo paulistano conseguir alfabetizar seus alunos até o terceiro ano.
- (E) à meta de 85% de alfabetização no primeiro ano, estipulada pela prefeitura paulistana.

05. Os dados estatísticos apresentados no editorial revelam que há

- (A) um mesmo padrão de aprendizado nas duas etapas do ensino fundamental.
- (B) correção, na fase 2 do ensino fundamental, de distorções deixadas na primeira fase.
- (C) um declínio no aprendizado, conforme os alunos avançam no ensino fundamental.
- (D) avanço significativo dos alunos, em matemática, ao final do ensino fundamental.
- (E) uma estabilização do aprendizado como um todo, ao final do ensino fundamental.

06. Considere as passagens do texto:

- ... a diretriz nacional se limitava a **preconizar** leitura e escrita até o final do terceiro ano. (2º parágrafo)
- Conforme se avança no ensino fundamental, contudo, os descaminhos e a **leniência** do passado se fazem manifestar nos **parcos** resultados obtidos por estudantes em provas padronizadas. (4º parágrafo)

Os termos em destaque significam, correta e respectivamente:

- (A) recomendar; brandura na cobrança de obrigações; escassos.
- (B) impor; desorganização na cobrança de obrigações; contundentes.
- (C) aconselhar; falta de cobrança de obrigações; abundantes.
- (D) sugerir; severidade na cobrança de obrigações; impactantes.
- (E) prever; receio de cobrança de obrigações; limitados.

07. É correto afirmar que a conclusão do texto

- (A) engrandece a educação paulistana e acredita que, à vista dos resultados por ela obtidos, por enquanto, nada mais precisa ser feito.
- (B) lamenta a condição da educação paulistana, sugerindo que nem o tamanho de sua população nem a sua riqueza podem, de fato, melhorá-la.
- (C) mostra as contradições da maior capital do país, às voltas com uma educação cujos resultados ano a ano mostram-se pífios.
- (D) reconhece a melhoria aferida na educação paulistana, sugerindo, porém, que esta deve avançar, sobretudo pela sua população e pela sua riqueza.
- (E) constata que é desanimadora a situação da educação paulistana, apontando que, por ser a mais populosa e rica capital, esse quadro pode ser revertido.

08. De acordo com a norma-padrão, quanto à concordância verbal, a oração – E há inaceitáveis 10% e 9% nessa faixa de desempenho... (6º parágrafo) – está corretamente reescrita em:

- (A) E existe inaceitáveis 10% e 9% nessa faixa de desempenho...
- (B) E ocorre inaceitáveis 10% e 9% nessa faixa de desempenho...
- (C) E se trata de inaceitáveis 10% e 9% nessa faixa de desempenho...
- (D) E se constata inaceitáveis 10% e 9% nessa faixa de desempenho...
- (E) E surge inaceitáveis 10% e 9% nessa faixa de desempenho...

09. Assinale a alternativa em que a frase, reescrita a partir das informações textuais, contém termo empregado em sentido figurado.

- (A) As escolas municipais da cidade de São Paulo obtiveram uma conquista de grande vulto na educação.
- (B) Compromisso que as escolas paulistanas já haviam assumido com um ano de antecedência em sua educação.
- (C) Um nível alto de exigência dará motivação suplementar para educadores e estudantes se aplicarem mais.
- (D) O desempenho em matemática e ciências facilita entender o fracasso que se observa no ensino médio.
- (E) São Paulo é uma cidade que precisa repensar suas práticas e cuidar mais e melhor de suas crianças e jovens.

10. Leia a charge.



(Chargista Duke. Em: www.otempo.com.br. Adaptado)

Em conformidade com a norma-padrão, as lacunas da fala da personagem devem ser preenchidas, correta e respectivamente, com:

- (A) que ... no ... ao
- (B) que ... ao ... o
- (C) que ... no ... o
- (D) de que ... ao ... ao
- (E) de que ... no ... o

MATEMÁTICA

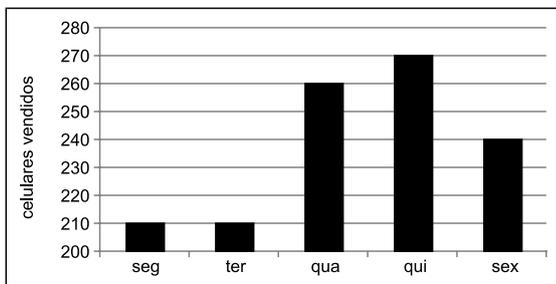
11. Uma secretária tem 756 fichas de alunos para atualizar. Um quarto dessas fichas são de alunos novos e as demais de alunos veteranos. Se $\frac{3}{7}$ dos alunos veteranos são homens e $\frac{2}{3}$ dos alunos novos são mulheres, o número de fichas de mulheres que serão atualizadas será
- (A) 420.
 - (B) 436.
 - (C) 450.
 - (D) 466.
 - (E) 480.
12. Com todas as revistas contidas em uma caixa é possível formar grupos de 36 revistas ou grupos de 42 revistas. Se o número de revistas dessa caixa é menor que 300, o número de grupos de 6 revistas que podem ser formados é
- (A) 36.
 - (B) 42.
 - (C) 48.
 - (D) 54.
 - (E) 60.

- 13.** Do total recebido por certo trabalho, Antônio ficou com 32%, Fernando com 45% e Julião com o restante. Antônio usou 5% da sua parte para quitar uma dívida que tinha com Fernando no valor de R\$ 80,00. O valor recebido por Julião no trabalho foi
- (A) R\$ 1.150,00.
 - (B) R\$ 1.200,00.
 - (C) R\$ 1.250,00.
 - (D) R\$ 1.300,00.
 - (E) R\$ 1.350,00.
- 14.** Laura pratica corrida e ciclismo e para cada 3 km que corre, ela pedala 16 km. Em determinado período, considerando o total nessas duas modalidades, Laura percorreu 228 km, sendo que a distância total percorrida com bicicleta, em km, foi
- (A) 156.
 - (B) 168.
 - (C) 180.
 - (D) 192.
 - (E) 204.
- 15.** Um grupo de 34 turistas comprou um total de 186 camisas. Se cada mulher desse grupo comprou 5 camisas e cada homem do grupo comprou 6 camisas, a diferença entre o número de mulheres e o número de homens, nesse grupo, é
- (A) 2.
 - (B) 4.
 - (C) 6.
 - (D) 8.
 - (E) 10.

16. A média aritmética das notas de 18 provas aplicadas em uma turma foi igual a 6,7. Após a correção o professor percebeu que havia adotado um critério de correção errado, recorrigiu todas as provas e aumentou em 0,9 ponto a nota de algumas provas, de maneira que a média aritmética das notas foi atualizada para 7,05. O número de provas que tiveram aumento de nota foi

- (A) 3.
- (B) 4.
- (C) 5.
- (D) 6.
- (E) 7.

17. Os números de celulares vendidos por uma loja, em 5 dias de determinada semana, estão registrados no gráfico a seguir.



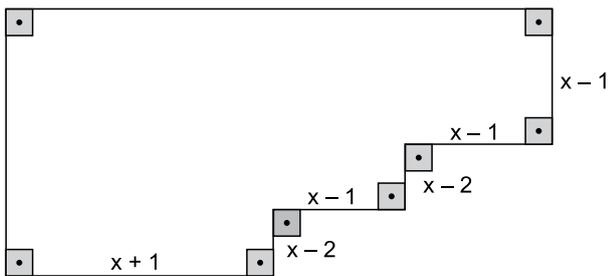
O número de celulares vendidos na sexta-feira corresponde, do número total de celulares vendidos nesses 5 dias a, aproximadamente,

- (A) 15%.
- (B) 18%.
- (C) 20%.
- (D) 22%.
- (E) 25%.

18. Uma padaria produz seus doces, diariamente, antes de abrir as portas para o público, e só vende doces produzidos no mesmo dia. Em certo dia, no período da manhã, foram vendidos $\frac{3}{4}$ do total de doces produzidos e no período da tarde foram vendidos $\frac{6}{7}$ dos doces que ainda restavam. Sabendo-se que os funcionários dividiram entre si os 40 doces que sobraram da produção do dia, o total de doces vendidos pela manhã foi

- (A) 420.
 (B) 560.
 (C) 700.
 (D) 840.
 (E) 980.

19. Os ângulos internos de um octógono medem 90° ou 270° , conforme a figura, que também indica a medida de alguns lados em cm.



Sendo o perímetro desse octógono 24 cm, a sua área, em cm^2 , é igual a

- (A) 24.
 (B) 26.
 (C) 28.
 (D) 30.
 (E) 32.
20. Um prisma reto de base triangular tem uma altura de 8 cm e faces laterais de áreas respectivamente iguais a 120 cm^2 , 120 cm^2 e 144 cm^2 . A área da base desse prisma, em cm^2 , é:

- (A) 124.
 (B) 120.
 (C) 116.
 (D) 112.
 (E) 108.

ATUALIDADES

21. Após dez dias, a greve dos caminhoneiros arrefeceu, os bloqueios nas rodovias foram desfeitos pelas forças de segurança, mas ao final do dia [30.05] ainda havia 267 pontos de aglomeração de caminhões (sem bloquear as vias) em todo o país, segundo balanço da Polícia Rodoviária Federal (PRF). Aos poucos, o abastecimento de combustível e de outros produtos está sendo normalizado em todos os estados.

(Veja – <https://abr.ai/2F4Q0lj/>. Acesso em 23.12.2018. Adaptado)

A greve dos caminhoneiros, em maio de 2018, teve como um dos principais motivos o alto preço dos combustíveis, que era justificado pela Petrobras como sendo devido

- (A) ao alto custo da extração de petróleo na plataforma continental da Bacia de Santos em um momento de grande fragilidade econômica da Petrobras.
- (B) à crise econômica instaurada no país, que reduziu drasticamente os recursos disponíveis para importação de equipamentos para a extração do petróleo do pré-sal.
- (C) aos problemas de fronteiras que levaram à crise diplomática estabelecida entre o Brasil e a Venezuela, nosso principal fornecedor de petróleo há várias décadas.
- (D) à política da empresa que praticava reajustes quase diários, levando em consideração o câmbio e a variação dos preços do petróleo no mercado internacional.
- (E) à crise institucional vivida pela empresa, que gerou demissões e reduziu a capacidade de extração e refino de petróleo pelas refinarias brasileiras.

22. As mulheres ainda têm de vestir a longa e negra abaia por cima da roupa. Mas em julho [2018] ganharam, enfim, permissão para tirar carteira de motorista e pegar o volante dos carros. Também ganharam espaço nos estádios de futebol. Podem ir ao cinema – as primeiríssimas salas foram reinauguradas depois de 35 anos.

(Veja, edição 2614 – ano 51 – nº 52, 26.12.2018)

As conquistas femininas ocorreram

- (A) no Irã.
- (B) no Afeganistão.
- (C) na Arábia Saudita.
- (D) na Indonésia.
- (E) no Egito.

23. Os magistrados retomaram, nesta quarta-feira [01.08], um julgamento iniciado em maio e adiado por pedido de vista do Ministro Marco Aurélio. Foram analisadas duas ações em conjunto, que abordavam o mesmo tema referente a uma norma do Ministério da Educação. Por 6 votos a 5, a maioria da corte declarou constitucional a norma vigente do Conselho Nacional de Educação

(Folha S.Paulo – <https://bit.ly/2Mglp58>. Acesso em 23.12.2018. Adaptado)

A decisão tomada afeta estudantes de todo o Brasil e indica que

- (A) o ensino a distância deve ser ministrado por especialistas que comprovem experiência no conteúdo ensinado.
- (B) crianças precisam ter seis anos completos até 31 de março para poderem ingressar no ensino fundamental.
- (C) a partir dos anos finais do ensino fundamental, é possível aos alunos receber conteúdos educacionais via internet.
- (D) o ensino religioso deve ser oferecido aos alunos de ensino fundamental pelo menos duas vezes ao mês.
- (E) a escola é obrigada a oferecer suporte psicopedagógico a todos os alunos matriculados em todo o ensino básico.

24. Os dados foram divulgados nesta quarta-feira [05.12] pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas) e têm como base informações da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios). Segundo o IBGE, os dados reforçam um cenário socioeconômico preocupante ao longo de 2018.

(Uol – <https://bit.ly/2rk2bT0>. Acesso em 20.01.2019. Adaptado)

Os dados do IBGE mostraram

- (A) o crescimento do trabalho informal.
- (B) a instabilidade da inflação.
- (C) a redução das exportações.
- (D) o aumento da dívida externa.
- (E) a desestabilização do PIB (Produto Interno Bruto) entre 2 e 3%.

25. Em dezembro de 2018, o presidente dos Estados Unidos prepara uma retirada completa das tropas do país.

“Trata-se de uma retirada total, que deverá acontecer o mais rápido possível”, informou à agência de notícia uma autoridade americana. Cerca de 2 mil soldados americanos estão no norte da Síria, em sua maioria integrantes das forças especiais. Uma retirada americana precipitada, segundo políticos do próprio partido de Trump, o Republicano, deixaria o caminho livre na Síria aos aliados do presidente sírio Bashar al-Assad.

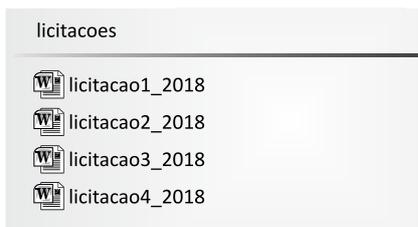
(O Dia – <https://bit.ly/2BUhW84>. Acesso em 23.12.2018. Adaptado)

A retirada das tropas estadunidenses da Síria foi justificada por Trump porque ele

- (A) defende a liberdade política no Oriente Médio.
- (B) respeita a decisão da ONU de retirar as tropas estrangeiras do país.
- (C) força a maior participação das tropas europeias na Síria.
- (D) busca manter boas relações diplomáticas com os países do Oriente Médio.
- (E) acredita ter derrotado o Estado Islâmico (EI) na Síria.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

26. Um usuário, que está organizando arquivos de licitações do ano de 2018, por meio do Windows Explorer do MS-Windows 7, em sua configuração padrão, deseja mover todos os arquivos de uma pasta chamada “licitacoes”, conforme exibido na imagem, para uma nova pasta inicialmente vazia, de nome “licitacoes2018”.



O usuário, para mover todo o conteúdo, deverá, após selecionar todos os itens, pressionar o atalho _____ e, em seguida, após acessar a pasta “licitacoes2018”, pressionar o atalho _____.

Assinale a alternativa que completa, correta e respectivamente, as lacunas do enunciado.

- (A) Ctrl + X ... Ctrl + V
- (B) Ctrl + X ... Ctrl + C
- (C) Ctrl + C ... Ctrl + X
- (D) Ctrl + V ... Ctrl + C
- (E) Ctrl + C ... Ctrl + V

27. Um usuário, que está preparando planos de ensino de professores, deseja atualizar a bibliografia padrão utilizada. No MS-Word 2010, em sua configuração padrão, há um grupo chamado “Citações e Bibliografia”, que possui ícones de recursos para gerenciar as bibliografias que serão adicionadas aos documentos, facilitando a edição do documento.

Assinale a alternativa que apresenta o nome da guia na qual se localiza o grupo mencionado no enunciado.

- (A) Revisão.
- (B) Inserir.
- (C) Correspondências.
- (D) Página Inicial.
- (E) Referências.

28. Observe a planilha a seguir, elaborada por meio do MS-Excel 2010, em sua configuração padrão, para gerenciar os prazos de execução de alguns projetos, contendo o nome do projeto (coluna A), o prazo final do projeto (coluna B), o prazo de conclusão efetiva do projeto (coluna C) e o tempo de atraso calculado sobre o prazo final e a data efetiva de conclusão.

	A	B	C	D
1	Projeto	Prazo Final	Conclusão	Atraso
2	Projeto 1	12/01/2018	20/03/2018	67
3	Projeto 2	15/02/2018	18/02/2018	3
4	Projeto 3	20/07/2018	25/07/2018	5
5	Projeto 4	10/05/2018	10/05/2018	0
6	Projeto 5	20/12/2018	15/12/2018	0
7				

Assinale a alternativa que apresenta a fórmula adicionada à célula D2 para calcular o número de dias de atraso, ou exibir o valor 0 caso não haja atraso, conforme exibido na imagem.

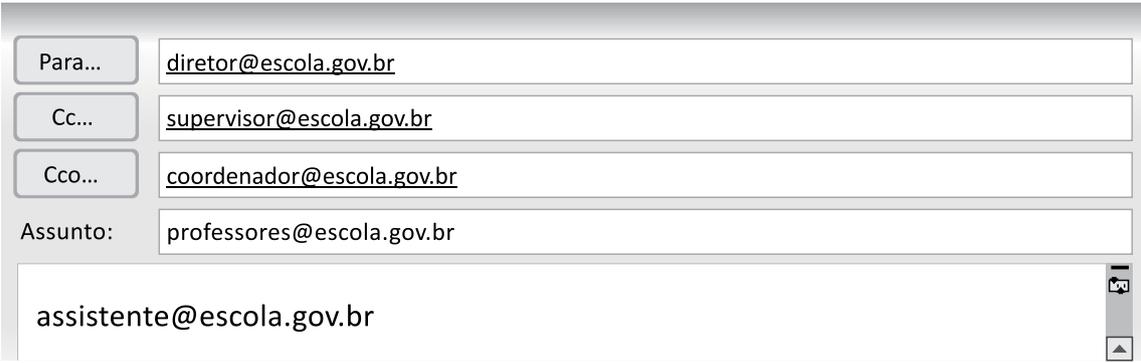
- (A) =SE(C2-B2;C2>B2;0)
- (B) =SE(C2>B2;0;C2-B2)
- (C) =SE(C2>B2;C2-B2;0)
- (D) =SE(C2<B2;C2>B2;0)
- (E) =SE(C2>B2;0;C2<B2)

29. Uma nova metodologia pedagógica será apresentada aos professores de uma escola por meio de uma apresentação elaborada no MS-PowerPoint 2010, em sua configuração padrão. O usuário, ao elaborar a apresentação, deseja alterar a orientação dos slides.

Assinale a alternativa que apresenta o ícone cujo nome é Orientação do Slide, que será usado pelo usuário, conforme o enunciado.

- (A) 
- (B) 
- (C) 
- (D) 
- (E) 

30. Por meio do MS-Outlook 2010, em sua configuração padrão, um professor usando a conta de e-mail peb1@escola.gov.br envia um e-mail conforme a figura exibida a seguir.



Para...	<u>diretor@escola.gov.br</u>
Cc...	<u>supervisor@escola.gov.br</u>
Cco...	<u>coordenador@escola.gov.br</u>
Assunto:	<u>professores@escola.gov.br</u>

assistente@escola.gov.br

O diretor, diretor@escola.gov.br, recebe o e-mail e observa as contas de e-mails que também receberam o comunicado, além dele próprio.

Assinale a alternativa que apresenta, corretamente, apenas o(s) e-mail(s) que o diretor observou que também recebeu(ram) o comunicado recebido por ele.

- (A) supervisor@escola.gov.br, coordenador@escola.gov.br, assistente@escola.gov.br
- (B) supervisor@escola.gov.br, coordenador@escola.gov.br, professores@escola.gov.br
- (C) supervisor@escola.gov.br, coordenador@escola.gov.br
- (D) supervisor@escola.gov.br
- (E) coordenador@escola.gov.br

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. Em relação aos servidores municipais, dispõe a Lei Orgânica Municipal de Arujá:

- (A) A lei assegurará, aos servidores da administração direta, isonomia de vencimentos entre cargos de atribuições iguais ou assemelhados do mesmo poder ou entre servidores dos Poderes Executivos e Legislativos, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.
- (B) É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, a de 2 (dois) cargos de professor com outro técnico e científico ou a de 3 (três) cargos privativos de médico.
- (C) Os proventos da aposentadoria dos servidores estatutários e dos ocupantes de cargos em comissão serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, excetuando-se quando decorrentes de reenquadramento, de transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria.
- (D) A lei fixará o limite e a relação de valores entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos da administração direta, observados, como limite máximo, os valores percebidos como remuneração, em espécie, pelo Presidente da Câmara Municipal, não se aplicando tal dispositivo aos servidores da administração pública indireta.
- (E) O servidor municipal poderá exercer mandato eletivo, após 2 (dois) anos contados de sua efetivação, sendo que os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo não poderão ser inferiores aos pagos pelo Poder Executivo, obedecidas as disposições legais vigentes.

32. De conformidade com o Código Penal Brasileiro, deixar o funcionário público, por indulgência, de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo ou, quando lhe falte competência, não levar o fato ao conhecimento da autoridade competente caracteriza o delito de

- (A) excesso de exação.
- (B) concussão.
- (C) facilitação.
- (D) condescendência criminosa.
- (E) peculato mediante erro de outrem.

33. Em relação ao imposto sobre a transmissão “inter vivos”, a qualquer título, por ato oneroso de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, dispõe o Código Tributário do Município de Arujá:

- (A) O imposto incide sobre a transmissão dos bens ou direitos dos mesmos alienantes em decorrência de sua desincorporação do patrimônio de pessoa jurídica a que forem conferidos, bem como na extinção do usufruto, quando o proprietário for o instituidor.
- (B) Nas transmissões por sentença declaratória de usucapião, a base de cálculo do imposto será o valor venal do imóvel, e, na arrematação ou leilão e na adjudicação de bens penhorados, o valor da avaliação judicial, independentemente do preço.
- (C) Não serão lavrados, registrados, inscritos ou averbados pelos Tabeliães, Escrivães e Oficiais de Registro de Imóveis os atos e termos do seu cargo, sem a prova do pagamento do imposto, sendo que, no caso de instrumento particular, o imposto deverá ser recolhido no prazo de 30 (trinta) dias de sua data.
- (D) O imposto incide sobre a transmissão “inter vivos”, a qualquer título, por ato oneroso, de propriedade ou de domínio útil de bens imóveis, por natureza ou por acessão física, como definidos no Código Tributário Nacional, inclusive sobre os de direitos reais de garantia de qualquer natureza, sobre bens imóveis.
- (E) São contribuintes do imposto, nas transmissões “inter vivos”, os alienantes dos bens ou direitos transmitidos, e, nas cessões de direitos decorrentes de compromisso de compra e venda, os cessionários.

34. Dispõe a Lei nº 8.137/90 sobre os crimes contra a ordem tributária, econômica e contra as relações de consumo:

- (A) Constitui crime contra a ordem econômica sonegar insumos ou bens, recusando-se a vendê-los a quem pretenda comprá-los nas condições publicamente ofertadas, ou retê-los para o fim de especulação.
- (B) Constitui crime funcional contra a ordem tributária o funcionário público deixar de aplicar, ou aplicar em desacordo com o estatuído, incentivo fiscal ou parcelas de imposto liberadas por órgão ou entidade de desenvolvimento.
- (C) Fraudar preços por meio de junção de bens ou serviços, comumente oferecidos à venda em separado, constitui crime contra as relações de consumo, punido com detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.
- (D) Destruir, inutilizar ou danificar matéria-prima ou mercadoria, com o fim de provocar alta de preço, em proveito próprio ou de terceiros, constitui crime contra as relações de consumo, punindo-se a modalidade culposa, reduzindo-se a pena e a detenção de 1/3 (um terço) e a de multa à quarta parte.
- (E) Formar acordo, convênio, ajuste ou aliança entre ofertantes, visando à fixação artificial de preços ou quantidades vendidas ou produzidas, constitui crime contra a ordem econômica, punido com reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

35. Em relação à preservação do meio ambiente e das atividades extrativas, dispõe a Lei nº 1.176/96 – Código de Posturas do Município de Arujá:
- (A) No interesse do controle da poluição ambiental, a Prefeitura exigirá parecer técnico adverso e sem ressalvas do IBAMA, sempre que lhe for solicitada a licença de funcionamento para estabelecimentos industriais, comerciais, agrícolas e residenciais, nos termos do Código Florestal Brasileiro.
 - (B) Não será permitida a utilização de árvores da arborização pública como suporte de cartazes, anúncios, cabos ou fios, ou de outros quaisquer objetos e instalações, salvo se destinados a atender as necessidades de serviços públicos essenciais, como energia elétrica e comunicações.
 - (C) A derrubada da mata dependerá de autorização do Ministério Público, observadas as restrições da CETESB, constantes da Lei de Proteção Ambiental.
 - (D) Dentre outras proibições legais, a extração de argila não será permitida nos rios ou cursos d'água, ficando proibida a extração de areia em todo território municipal.
 - (E) Os proprietários de terrenos que forem escavados para retirada de qualquer material são obrigados a saneá-los ou aterrâ-los, de acordo com a intimação da Prefeitura ou dos órgãos ambientais, sob pena de o serviço ser executado por terceiros e cobrado dos proprietários, sem prejuízo das sanções administrativas e penais legalmente aplicáveis.
36. Em relação ao recolhimento dos tributos devidos pela Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, dispõe a Lei Complementar nº 123/2006 com posteriores alterações:
- (A) É vedado o aproveitamento de créditos não apurados no Simples Nacional, inclusive de natureza não tributária, para extinção de débitos do Simples Nacional, sendo permitida a compensação tão somente de créditos para extinção de débitos para com o mesmo ente federado e relativos ao mesmo tributo.
 - (B) Na hipótese de a microempresa ou a empresa de pequeno porte possuir filiais, o recolhimento dos tributos do Simples Nacional dar-se-á por intermédio de qualquer uma delas.
 - (C) O valor não pago até o último dia útil da segunda quinzena do mês subsequente àquele a que se referir sujeitar-se-á à incidência de encargos legais na forma prevista na legislação do imposto sobre serviços.
 - (D) Deverá ser adotado sistema simplificado de arrecadação do Simples Nacional, sempre através da utilização da rede bancária, independentemente de requerimento do Estado, Distrito Federal ou Município ao Comitê Gestor.
 - (E) Em quaisquer circunstâncias, os créditos apurados no Simples Nacional poderão ser utilizados para extinção de outros débitos para com as Fazendas Públicas, sendo permitida a cessão de créditos para extinção de débitos no Simples Nacional.
37. Em relação às Normas Gerais das Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e do Microempreendedor Individual no âmbito do Município de Arujá, dispõe a Lei Complementar Municipal nº 19/2014, alterada pela Lei Complementar nº 28/2016:
- (A) O Comitê Gestor Municipal das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte rege-se pelos princípios da razoabilidade, impessoalidade, eficiência e moralidade, sendo suas propostas de políticas públicas, quando resultantes de consenso, encaminhadas ao legislativo na forma de projeto de lei, decreto, instrução normativa, resolução ou portaria, quando seu executor não seja membro do Comitê.
 - (B) As funções de membro do Comitê Gestor Municipal das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte serão remuneradas, em valor não inferior aos dos membros eletivos do Poder Legislativo, em virtude dos relevantes serviços prestados ao município.
 - (C) A Administração Pública Municipal deverá permitir em caráter precário, com prazo de 180 (cento e oitenta) dias, prorrogáveis pelo mesmo período, o funcionamento de atividades, comerciais, industriais ou de prestação de serviços dentro de imóveis residenciais, desde que tais atividades sejam de baixo risco e estejam de acordo com a legislação vigente, tais como Zoneamento, uso e ocupação do solo, Meio Ambiente e Vigilância Sanitária, devendo para tanto ser emitida pelas Secretarias Municipais, quando necessário, anuência, certidões e ou alvarás, autorizando no âmbito de suas competências o funcionamento das atividades exercidas.
 - (D) O Microempreendedor Individual (MEI), as Microempresas (ME) e as Empresas de Pequeno Porte (EPP) poderão requerer a suspensão do Cadastro de Contribuinte Mobiliário (CCM), da Licença para Localização e Funcionamento, pelo período de 90 (noventa) dias, podendo, mediante justificativa, ser prorrogado por, no máximo, mais 90 (noventa) dias, a suspensão da atividade.
 - (E) As Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte que se encontrem sem movimento há mais de 5 (cinco) anos poderão requerer a baixa nos registros dos órgãos públicos municipais, independentemente do pagamento de Taxas de Expediente ou Multas devidas pelo atraso na entrega das declarações, sendo considerada como sem movimentação há mais de 5 (cinco) anos a empresa que não apresentar mutação patrimonial e atividade operacional durante os 2 (dois) últimos anos-calendário.

38. Em relação à atribuição e competência do Poder Público Municipal para o desenvolvimento das ações de vigilância sanitária, estabelece a Lei nº 1.310/98 do Município de Arujá:
- (A) São consideradas autoridades sanitárias, para efeito legal, dentre outras: o Secretário Municipal do Meio Ambiente e o Diretor da Divisão de Vigilância Sanitária e Zoonoses.
 - (B) As penalidades de multa e as taxas de serviços diversos do poder de polícia serão definidas de acordo com o Decreto Municipal, nos termos da Constituição Estadual, vedado ao Município criar outras legislações, em caráter complementar ou suplementar às legislações vigentes.
 - (C) No julgamento das infrações sanitárias, são consideradas instâncias para recursos, dentre outras, as seguintes autoridades sanitárias: a chefia imediata da equipe de vigilância sanitária e o Prefeito Municipal.
 - (D) A equipe do serviço de vigilância sanitária deve ter seus componentes designados e credenciados através de ato legal do Secretário Municipal de Saúde e Meio Ambiente.
 - (E) A receita proveniente de multas, taxas e contribuições deve ser recolhida junto ao Fundo Municipal de Conservação Ambiental, assim como aquele proveniente das transferências voluntárias da União e do Estado, para o custeio das ações de saúde e vigilância sanitária.
39. É correto afirmar que, de acordo com o Código Tributário do Município de Arujá, são isentos do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana os imóveis
- (A) declarados de utilidade pública para fins de desapropriação, a partir da data em que ocorrer o fato gerador da obrigação tributária, transmissão do domínio ou da ocupação efetiva pela autoridade que efetuou a desapropriação.
 - (B) de propriedade de aposentados e deficientes físicos que recebam até 1 (um) salário mínimo mensal, possuidores de um único imóvel, com áreas de edificação e de terreno iguais ou inferiores a 60 m² (sessenta metros quadrados) e 200 m² (duzentos metros quadrados), respectivamente, cuja renda familiar não ultrapasse a 3 (três) salários mínimos e que seja utilizado exclusivamente para moradia própria.
 - (C) cedidos gratuitamente ou a título oneroso para funcionamento de quaisquer serviços públicos Federais, Estaduais e Municipais, enquanto ocupados pelos citados serviços, não se aplicando a ocupação ou o uso pelas respectivas autarquias.
 - (D) de propriedade de sociedades sem fins econômicos, com sede no Município de Arujá, cujos imóveis sejam destinados aos objetivos sociais das mesmas.
 - (E) de propriedade de portadores de necessidades especiais possuidores de um único imóvel, e que nele residam, independentemente da estimativa de impacto financeiro, bem como os de propriedade de entidade religiosa de qualquer culto, utilizados para sede, locação, convento, seminário, estacionamento contíguo ou não ao templo, ou residência do Ministro ou membros efetivos do Culto respectivo.
40. De conformidade com a Lei nº 1.472/2000 do Município de Arujá, para efeito da aplicação da legislação de parcelamento, uso e ocupação do solo, para fins urbanos, é correto afirmar que
- (A) equipamentos comunitários são instalações de infraestrutura urbana, tais como: equipamentos de abastecimento de água, serviços de esgoto, energia elétrica, coleta de águas pluviais, rede telefônica, gás canalizado, guias, sarjetas, sarjetões, pavimentação, arborização e outros de interesse público.
 - (B) remembramento de glebas ou lotes é a soma das áreas de duas ou mais glebas ou lotes, para a formação de novas glebas ou lotes.
 - (C) desmembramento é a divisão de glebas em lotes destinados a ocupação, com aproveitamento ou não do sistema viário existente, podendo implicar na abertura de novas vias e logradouros públicos, bem como no prolongamento, ampliação ou modificação dos já existentes.
 - (D) áreas institucionais são aquelas resultantes da subdivisão de glebas em lotes destinados à edificação, com abertura de novas vias de circulação, de logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou implantação das vias existentes.
 - (E) equipamentos urbanos são as instalações públicas destinadas a educação, cultura, lazer e similares, e gleba urbana consiste na subdivisão de lote resultante de loteamento ou desmembramento aprovado ou regularizado pela Prefeitura Municipal, em 2 (duas) ou mais partes, destinadas a instalações dos equipamentos comunitários.

41. Em relação ao orçamento, dispõe a Lei Orgânica Municipal de Arujá:
- (A) A lei de diretrizes orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual e disporá sobre as alterações na legislação tributária.
 - (B) O Poder Legislativo publicará, até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada semestre, relatório resumido da execução orçamentária, e, anualmente na mesma data do seu encaminhamento ao Banco Central, os “Quadros da Dívida Fundada, Externa e Interna” serão enviados também ao Poder Executivo.
 - (C) A lei orçamentária anual compreenderá o orçamento fiscal referente ao poder executivo, seus fundos, órgãos e entidades da administração pública direta mantidas pelo Poder Público, bem como o orçamento de investimentos das empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detenha 30% (trinta por cento) do capital social, com ou sem direito a voto.
 - (D) A lei que instituir o Plano Plurianual estabelecerá, de forma ampla, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública Municipal para as despesas correntes e de capital, bem como as destas decorrentes e aquelas concernentes ao custeio, inversões financeiras e transferência de capital dos programas de duração continuada.
 - (E) As emendas ao projeto de lei do orçamento anual ou de créditos adicionais somente poderão ser aprovadas quando não estiverem relacionadas com a correção de erros ou omissões, e as Emendas Individuais impositivas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual – LOA serão aprovadas no limite percentual de 2,2% (dois vírgula dois por cento) da Receita Corrente Líquida prevista na proposta encaminhada pelo Poder Executivo, sendo que 30% (trinta por cento) deste percentual será destinado a ações e serviços públicos de educação e saúde.
42. Em relação ao lançamento e pagamento do Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza, estabelece o Código Tributário do Município de Arujá:
- (A) O imposto será calculado pelo contribuinte, responsável ou substituto tributário, mensalmente, nos casos em que a alíquota for fixa ou variável e pago ao Município de Arujá, independentemente de qualquer aviso ou notificação até o 20º (vigésimo) dia do mês subsequente ao da efetiva prestação do serviço, sendo que em caso de inexistência de resultado econômico, por não ter serviços tributáveis pelo Município, deve o contribuinte fazer prova estabelecida para o recolhimento do imposto, na forma e meios estabelecidos em Decreto.
 - (B) Nos casos de estimativa fiscal, o imposto será pago em uma única parcela na mesma forma e prazo previstos para o regime de lançamento por homologação, após declaração expressa do contribuinte.
 - (C) O contribuinte que, no decorrer do exercício financeiro, tornar-se sujeito à incidência do imposto será tributado parcialmente, a partir do mês posterior ao que iniciar as atividades, e cobrado conforme vencimentos apostos em aviso de lançamento por homologação, independentemente da emissão de nota fiscal de serviço.
 - (D) Feito o enquadramento do contribuinte no regime de estimativa, ou quando da revisão dos valores, a Fazenda Municipal notificá-lo-á do quanto do tributo arbitrado, fixado ou estimado e da importância das parcelas a serem imediatamente recolhidas, ficando-lhe reservado o direito de reclamação, no prazo de 90 (noventa) dias, contados do recebimento da comunicação.
 - (E) Será arbitrado o preço do serviço, mediante processo regular, quando a atividade é exercida em caráter provisório ou de rudimentar organização, quando se apurar sonegação ou omissão, quando o contribuinte embarçar o exame de livros ou documentos necessários ao lançamento e quando o contribuinte não estiver inscrito no Cadastro Fiscal.
43. A noção de tributo é expressamente mencionada pelo Código Tributário Nacional. Diante de uma cobrança que possa ser legalmente enquadrada como tributo, o operador do direito deverá saber que serão aplicáveis os princípios e regras do direito tributário. A esse respeito, é correto afirmar que, com base no conceito do Código Tributário Nacional e na ordem jurídica nacional, pode-se considerar tributo:
- (A) multa de trânsito por estacionamento em local proibido.
 - (B) outorga paga por permissionário público.
 - (C) recolhimento do empregador ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
 - (D) taxa de recolhimento de resíduos sólidos.
 - (E) contribuição associativa à agremiação esportiva.

44. Com relação às limitações ao poder de tributar, é correto afirmar que decorre da forma federativa do Estado brasileiro a seguinte restrição ao poder tributário da União:
- (A) proibição de exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça.
 - (B) proibição de instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente.
 - (C) vedação a utilizar tributo com efeito de confisco, exceto quanto à expropriação de terras improdutivas.
 - (D) permissão à União de instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional.
 - (E) vedação a instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.
45. O conceito de “legislação tributária” no Código Tributário Nacional compreende:
- (A) as leis, os tratados e as convenções internacionais, os decretos e as normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes.
 - (B) as leis, os tratados e as convenções internacionais, mas não os decretos e as normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes.
 - (C) as leis, os tratados e as convenções internacionais e os decretos, mas não as normas infralegais ainda que versem, no todo ou em parte, sobre tributos e relações jurídicas a eles pertinentes.
 - (D) as leis e os decretos, mas não os tratados e as convenções internacionais, ainda que ratificados na forma da Constituição.
 - (E) apenas os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas e as leis complementares que versem no todo ou em parte sobre matéria tributária.
46. São da competência dos Municípios os seguintes tributos, entre outros:
- (A) o imposto sobre circulação de mercadorias e serviços e as multas de trânsito.
 - (B) a contribuição para custeio do regime próprio de previdência dos servidores públicos municipais e as multas ambientais.
 - (C) o imposto sobre serviços de qualquer natureza e a contribuição para custeio da iluminação pública.
 - (D) o imposto sobre transmissão de bens *causa mortis* e a contribuição para custeio do regime próprio de previdência dos servidores públicos municipais.
 - (E) o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana e o imposto sobre veículos automotores.
47. Segundo o Código Tributário Nacional, sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, por parte da Fazenda Pública ou de seus servidores, de informação obtida em razão do ofício sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado de seus negócios ou atividades. Constitui(em) exceção a essa regra, permitindo-se o compartilhamento ou a divulgação de informações fiscais:
- (A) requisição de autoridade policial no interesse da justiça.
 - (B) informações relativas a representações fiscais para fins penais.
 - (C) solicitações de autoridade administrativa no interesse da formulação de políticas públicas.
 - (D) o compartilhamento de informações com os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício.
 - (E) requisição de veículo de imprensa de abrangência nacional, em razão da garantia pública à liberdade de imprensa.
48. Considerando os princípios de natureza ética, com estatura constitucional, que informam a responsabilização do servidor público, assinale a alternativa correta.
- (A) A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, desde que justificados pelo interesse público.
 - (B) Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, em substituição a eventual ação penal cabível.
 - (C) A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.
 - (D) Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor sempre isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
 - (E) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável, independentemente de dolo ou culpa.

49. A punição do agente público por improbidade administrativa, conforme disciplina constante da Lei nº 8.429/1992, depende
- (A) da efetiva ocorrência de dano ao patrimônio público, não sendo possível a punição de atos que não ensejem prejuízos financeiros à Administração Pública.
 - (B) da rejeição das contas pelo órgão de controle interno ou pelo Tribunal ou Conselho de Contas, tendo em vista que a aprovação das contas impede a punição do agente.
 - (C) de conduta positiva do agente, realizada de forma dolosa ou revestida de culpa grave, não se admitindo a punição por omissão.
 - (D) da existência de vínculo estatutário entre o servidor público improbo, tendo em vista que a Lei nº 8.429/1992 não se aplica a servidores temporários, bem como a celetistas.
 - (E) da propositura da ação em até 5 (cinco) anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança.
50. Acerca da vigência da lei, é correto afirmar que
- (A) se, antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto, destinada a correção, o prazo para o início da vigência é contado da primeira publicação.
 - (B) salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.
 - (C) as correções a texto de lei já em vigor não se consideram lei nova, e, não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigor até que outra a modifique ou revogue.
 - (D) a lei posterior somente revoga a anterior quando expressamente o declare, mesmo que seja com ela incompatível ou regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.
 - (E) a lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, revoga e modifica a lei anterior.
51. Sobre a prescrição e a decadência, pode-se corretamente afirmar que
- (A) a decadência convencional pode ser alegada pela parte a quem aproveita em qualquer grau de jurisdição, não podendo ser reconhecida de ofício pelo juiz.
 - (B) as partes podem renunciar à decadência fixada em lei, desde que se trate de direitos disponíveis e sem prejuízo a terceiros.
 - (C) os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes, desde que se trate de direitos disponíveis e sem prejuízo a terceiros.
 - (D) é vedado ao juiz reconhecer de ofício a decadência estabelecida por lei, salvo se disser respeito a direitos indisponíveis.
 - (E) a prescrição somente pode ser alegada em primeiro grau de jurisdição, pela parte a quem aproveita.
52. O emitente de um cheque preenche esse título de crédito indicando o nome do beneficiário e inserindo cláusula “não à sua ordem”. Sendo assim, é correto afirmar que o beneficiário
- (A) poderá transferir esse título por simples endosso.
 - (B) não poderá transferir esse título sem prévia aquiescência do emitente.
 - (C) poderá transferir esse título mediante endosso em preto.
 - (D) não poderá transferir esse título a terceiro.
 - (E) poderá transferir esse título por cessão civil.
53. No que se refere ao contrato de franquia, assinale a alternativa correta.
- (A) Para ter validade entre as partes, o contrato de franquia deve ser levado a registro junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).
 - (B) O contrato de franquia implica em pagamentos periódicos de *royalties* do franqueador ao franqueado, que variarão conforme o volume do faturamento.
 - (C) Após sua assinatura, o contrato de franquia deve ser submetido ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) para análise do impacto do negócio para o público consumidor.
 - (D) No mínimo dez dias antes da assinatura do contrato, de pré-contrato ou de qualquer pagamento, deve ser entregue ao candidato a franqueado a Circular de Oferta de Franquia.
 - (E) É um contrato em que uma das partes se obriga a promover a realização de negócios por conta de outra, não atuando em seu próprio nome.
54. Assinale a alternativa correta no que se refere às sociedades por quotas de responsabilidade limitada.
- (A) O capital social sempre será dividido em quotas iguais, cabendo uma ou mais a cada sócio, sendo vedada contribuição que consista em prestação de serviços.
 - (B) O administrador designado em ato separado investir-se-á no cargo mediante termo de posse no livro de atas da administração, termo este que deve ser assinado em até 30 (trinta) dias a contar da designação, sob pena de esta tornar-se sem efeito.
 - (C) Caso o contrato social seja omissivo quanto ao uso da firma, seu uso caberá aos sócios gerentes.
 - (D) Na sociedade limitada, a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, respondendo individualmente pela integralização de sua participação no capital social.
 - (E) A sociedade pode reduzir o capital, mediante a correspondente modificação do contrato se houver perdas irreparáveis antes de sua integralização.

55. Segundo a Norma de Contabilidade – NBCTG 20 (R2), um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendida é conceituado como ativo

- (A) em formação.
- (B) em andamento.
- (C) financeiro.
- (D) qualificável.
- (E) quantificável.

56. No que tange à norma de contabilidade relacionada à receita de contrato com cliente, é correto afirmar que

- (A) a entidade deve reconhecer como ativo os custos incrementais para obtenção de contrato com cliente, se a entidade espera recuperar esses custos.
- (B) a entidade deve reconhecer receitas quando (ou à medida que) a entidade satisfizer à obrigação documental para transferir o bem ou o serviço (na emissão do documento fiscal comprobatório) prometido ao cliente.
- (C) no caso da venda de um ativo, este é considerado transferido quando (ou à medida que) o cliente receber o documento fiscal de transferência desse ativo.
- (D) para fins de determinação do preço de uma transação, a entidade deve ter certeza de que os bens ou serviços serão vendidos ao cliente conforme prometido, independentemente de acordo contratual existente.
- (E) a denominação valor esperado é o valor único mais provável de uma gama de possíveis valores de contraprestação (ou seja, o resultado único mais provável do contrato).

57. A mutação que ocorre no patrimônio líquido durante um período que resulta de transações e outros eventos que não derivados de transações com os sócios na sua qualidade de proprietários é definida como

- (A) ajustes patrimoniais.
- (B) resultado abrangente.
- (C) ajuste por reclassificação.
- (D) resultado equivalente.
- (E) reserva patrimonial.

58. Ao se identificar um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que fluam futuros benefícios econômicos para a entidade, tal recurso será

- (A) uma receita.
- (B) um passivo.
- (C) o retorno sobre o capital investido por sócios.
- (D) um resultado abrangente.
- (E) um ativo.

59. Utilize das informações a seguir para responder à questão.

Operação	Reais
Lucro (prejuízo) do exercício	98.000,00
Equivalência Patrimonial	(13.800,00)
Depreciação e amortização	19.200,00
Baixas líquidas do ativo imobilizado	7.600,00
Provisão para contingências	(16.800,00)
Redução (aumento) em contas a receber	31.600,00
Redução (aumento) nos estoques	7.200,00
(Redução) em fornecedores	(57.200,00)
Aumento (redução) em impostos a recolher	55.600,00
Aquisição de ativo imobilizado	(110.800,00)
Aquisição do ativo intangível	(45.600,00)
Aquisição de investimentos	(48.000,00)
Empréstimos tomados	496.000,00
Integralização de capital	80.000,00
Pagamentos de empréstimos – principal	(459.600,00)

Com base nos conceitos da demonstração dos fluxos de caixa pelo método indireto, assinale a alternativa que demonstra o valor do caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos, em reais, conforme as informações apresentadas.

- (A) 94.200.
- (B) 100.200.
- (C) 116.400.
- (D) 131.400.
- (E) 204.400.

60. Assinale a alternativa que representa a demonstração contábil que está fundamentada em conceitos macroeconômicos, buscando apresentar, eliminados os valores que representam dupla-contagem, a parcela de contribuição que a entidade tem na formação do Produto Interno Bruto (PIB), e que apresenta, ainda, o quanto a entidade agrega de valor aos insumos adquiridos de terceiros e que são vendidos ou consumidos durante determinado período.

- (A) Demonstração dos Fluxos de Caixa.
- (B) Demonstração da Margem de Contribuição.
- (C) Demonstração do Valor Adicionado.
- (D) Demonstração do Resultado do Exercício.
- (E) Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos.

